

POPULAÇÃO
DESAÚDE

Denúncia: esterilização em massa no Brasil.

O IV Encontro dos Conselhos de Medicina, que começou em Brasília dia 8 e termina nesse sábado, levantou uma questão que, apesar de não ser nova, ainda não tem solução: o trabalho de esterilização em massa que vem acontecendo no Brasil desde o movimento militar de 1964. A doutora Ana Maria Cantalice Lipke, secretária-geral do Conselho Federal de Medicina e vice-presidente da Comissão de Estudos do Direito de Reprodução da Mulher (do Ministério da Saúde). Ela denunciou que, de 1979 a 1983, 35 milhões de dólares foram enviados ao Brasil, com a desculpa de prover o planejamento da família brasileira. Essa verba, proveniente de entidades americanas, canadenses, japonesas e distribuídas a "subsidiárias" brasileiras como a Benfam — Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil, a CAIMPC — Centro de Pesquisas de Assistência à Mulher e à Criança.

Segundo a doutora Ana, essas entidades promovem reuniões com mulheres, onde seus palestrantes as induzem a fazer esterilização, através da laqueadura de trompas, pois é o método 100% seguro, e que permite ser desfeito, caso a paciente apresente desejo de ter filhos, o que é falso, afirmou a doutora, pois a cirurgia de reversão é caríssima e tem somente 60% de probabilidades de êxito.

Essa idéia malthusiana de que com o "boom" populacional um dia a comida vai acabar, é inverídica, para Ana Lipke. "A fome é um problema de desigualdade social." Em Manaus — onde a densidade populacional é de 2 hab/km², 33% das mulheres são esterilizadas, o que prova que não está sendo feito um planejamento familiar, e sim uma esterilização indiscriminada.

Durante o primeiro dia do encontro, o presidente do Conselho Regional de Medicina de Brasília, Francisco Costa, colocou em questão o fato de a fundação hospitalar do Distrito Federal haver firmado, em fevereiro de 86, um contrato com a CPAIMC. Segundo ele, na Ceilândia — cidade onde se verifica o menor poder aquisitivo do DF — o hospital do governo estaria fazendo esterilização, por via laparoscópica, de maneira ilegal, ou seja, sem que passasse pelos trâmites legais que tornam viável a esterilização. Disse ainda que, em cada hospital da FHDF, há um médico com especialização em trabalhos com o laparoscópico.

Segundo o diretor do hospital regional da Ceilândia, as 62 mulheres que sofreram laparoscopia em seu hospital, até julho do ano passado, quando ordenou que fossem suspensas as operações, fizeram de livre espontânea vontade. O secretário de Saúde do Distrito Federal, Laércio Valença, disse que o governo reconheceu que o acordo contraria a lei, e fez sua denúncia — quer dizer, não existe mais contrato entre a FHDF e o CPAIMC.